



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



O PROCESSO DEMOCRÁTICO DE AVALIAÇÃO COMO MEIO DE BENEFICIAR A SOCIEDADE E OS INTEGRANTES DA INSTITUIÇÃO

Prof^a. Dr^a. Lucia Izabel Czerwinka Sermann

Prof^a. Erica Elisa Nickel Bubniak

Prof^a. Isaura Cristina de Andrade Aguiar

RESUMO

O presente trabalho discute como garantir que o processo de avaliação seja democrático e traga benefícios reais à sociedade e aos integrantes da instituição. Este artigo mostra que a racionalidade e a objetividade ainda estão presentes nos processos avaliativos tanto das escolas como das Instituições de Ensino Superior (IES), onde se busca medir a eficiência do trabalho pedagógico. Neste sentido ao mesmo tempo em que a avaliação é usada externamente como meio para forçar a produtividade e eficiência das IES, ela também pode tornar-se um instrumento de melhoria das suas práticas pedagógicas e administrativas. A partir disso, o texto sugere a abordagem de Avaliação Participativa como meio de garantir que o processo avaliativo seja democrático. O artigo enfatiza o modelo da avaliação focada na sua utilização, para a escolha do programa a ser desenvolvido pela instituição e, em seguida, a avaliação voltada ao fortalecimento emancipatório da organização e dos agentes, como a abordagem participativa que possibilite o processo democrático. Em seguida, mostra-se a metodologia a ser aplicada e os benefícios resultantes desta abordagem, ou seja, a aprendizagem constante dos atores e do avaliador durante o processo com vistas à autonomia pessoal e à superação das limitações da instituição, que está inserida na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Democrática, Instituição, Participação, Aprendizagem, Sociedade.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Como garantir que a avaliação seja democrática e traga benefícios reais à sociedade e aos integrantes da instituição?

Para se responder a esta pergunta, é preciso lembrar que a avaliação já teve vários enfoques durante seu processo histórico de atividade científica e alguns deles ainda estão bem presentes nas organizações deste início de século.

Sendo assim, quando se fala em avaliação, logo vêm à memória os testes pelos quais passou a grande maioria das pessoas que freqüentou escolas regulares. Isto acontece porque a avaliação escolar sempre se baseou em modelos que têm como premissa, a quantidade de conhecimentos e comportamentos adquiridos durante o período escolar, para medir a eficiência da escola. Avaliar, neste sentido tornou-se sinônimo de medida, ligado diretamente a um valor numérico e a objetivos pré-estabelecidos que se pretendia alcançar.

Para isto, o currículo e os conteúdos eram moldados aos objetivos e ao padrão de testes que seriam aplicados, sem o devido questionamento sobre a validade e a importância dos mesmos para o aluno e para a sociedade. Como argumenta SOBRINHO (2003) que:

“(...) essa avaliação ligada aos conceitos de escola eficaz e de pedagogia por objetivos, continua a tradição positivista de avaliação educacional que se fia na técnica bastante desenvolvida de elaboração de instrumentos como garantia da objetividade (...) ou, então, a avaliação se propunha a verificar em que grau os objetivos estavam sendo alcançados, porém não questionava o valor dos objetivos”. (p.25)

Apesar do conceito de avaliação ter-se modificado após a década de 60 com Conbrach, adquirindo o sentido de julgamento de valor, dentro de um processo qualitativo, o conceito anteriormente mencionado centralizado no indivíduo e na



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



quantificação de conhecimentos assimilados, continua presente não só nas escolas, mas também nas Instituições de Ensino Superior (IES) e em outras organizações.

A presença de práticas avaliativas baseadas na mudança de comportamento do indivíduo e na teoria de Ralph Tyler, fundador do conceito de “avaliação educacional” (1934), são percebidas quando as IES avaliam apenas o conhecimento do aluno, isoladamente dos métodos e das interações e relações durante a construção do conhecimento. Da mesma forma, percebe-se que os professores e a própria estrutura física e pedagógica das IES são pouco consideradas nos processos avaliativos e que a adequação dos currículos e conteúdos aos objetivos avaliativos continuam sendo o foco da organização pedagógica destas instituições.

Neste sentido, a avaliação deixa de ser um instrumento de tomada de decisão para melhoria da aprendizagem e dos processos educativos das IES, para tornar-se instrumento de controle e punição, como afirma SOBRINHO (2003) “A avaliação é, assim, nessa concepção, um valioso instrumento para a regulação do conhecimento e das formas de adquiri-lo, mais do que isso, define os comportamentos desejados, controla os seus cumprimentos e aplica as sanções ou prêmios correspondentes aos resultados.” (p.19)

Esse modelo de avaliação baseado nos objetivos, relaciona-se diretamente com as teorias administrativas, onde a eficiência e a racionalidade são o centro do trabalho de uma organização. Este enfoque tem recebido amplo apoio de órgãos internacionais e do próprio governo brasileiro, que é pressionado a verificar de que forma as verbas públicas direcionadas as IES estão sendo aplicadas e se o trabalho educativo tem alcançado resultados que beneficiem à sociedade, com o intuito de torná-las mais um meio de acúmulo de capital, direcionando a sua produção científica aos interesses do capital internacional. Neste sentido SANTOS (2004) afirma:

“Os dois processos marcantes da década - o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional". (p.18)

Para isto, o Estado exige eficiência do Ensino Superior, cobrando produção científica baseada na quantidade e utilizando-se dos resultados da avaliação institucional para estimular a competição entre estas instituições por verbas públicas e investimentos vindos do setor privado.

Apesar de existir o interesse do capital nacional e internacional por este nível de educação, para muitas IES, a avaliação vem adquirindo um sentido mais amplo do que só utilizar-se dos seus resultados para fins políticos e econômicos. Ela vai além da obtenção de dados quantificáveis, que antes serviam para culpabilizar o aluno pelo fracasso escolar e eximir o Estado de suas responsabilidades, para tornar-se instrumento de transformações benéficas às práticas pedagógicas e administrativas dentro do ensino universitário.

Atualmente existe o interesse, não só das IES, mas de organizações privadas de utilizar-se da avaliação para a melhoria dos seus processos internos de ensino, aprendizagem e de gestão, conforme ARREGUI (1998):

“(...) ao longo do tempo, especialmente nas últimas décadas, em muitos países com tradições diversas a respeito da estrutura de seus sistemas educativos, foram criados padrões educacionais (com esse nome ou com outros nomes) que definem o que os estudantes devem saber e fazer, assim como quando devem fazê-lo. Espera-se que esses padrões funcionem como âncora ou, melhor ainda, como articuladores e propulsores de outros componentes ou ações para a permanente melhoria da educação (o desenvolvimento curricular e de textos e outros materiais educacionais, a formação e a capacitação a serviço dos docentes, o desenho e a utilização de avaliações de êxito, etc)”. (p.226)



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Porém, como garantir que a avaliação institucional seja democrática e traga benefícios reais aos integrantes das instituições e à sociedade?

Primeiramente é necessário compreender a avaliação como um processo político e que para ser democrática, precisa ter como ponto de partida a participação e integração dos envolvidos na definição dos meios e dos fins deste processo.

Esta avaliação pode utilizar-se de dados quantitativos, porém tendo a perspectiva formativa e de tomada de decisão. Num sentido mais amplo, SOBRINHO (2003) cita que a avaliação:

“(…) não se restringe a somente descrever os resultados obtidos, mas também passa a avaliar as entradas, os contextos ou circunstâncias diversas, os processos as condições de produção e os elementos finais. Além disso, com base no conhecimento obtido, procura melhorar o processo enquanto ele se desenvolve, agindo sobre cada uma de suas etapas, a fim de garantir maior efetividade educacional, especialmente em relação ao ensino”. (p.25)

Para que isto aconteça, é necessário que as pessoas envolvidas tenham em seu meio, um profissional capacitado com conhecimentos técnicos e relacionamento interpessoal apurado, a fim de mediar o processo, permitindo, ao mesmo tempo, que as pessoas participem e compreendam as fases e os dados da avaliação a serem utilizados nas decisões do grupo. Mais do que isto, este profissional contribuirá para a formação e treinamento dos participantes, para que eles desenvolvam sua capacidade de aprendizado durante o processo. Como afirma VIANA (1980): “A avaliação educacional exige a participação de profissionais especialmente treinados, com experiência no trato de diferentes problemas educacionais, e possuidores de capacitação específica para o exercício da função (...) o avaliador ou o meta-avaliador deve ser um indivíduo capaz de realizar um trabalho científico altamente complexo, que pressupõe habilidades altamente desenvolvidas. (p.24-25)



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Portanto, esta qualificação para liderar pressupõe o conhecimento sobre o próprio processo de avaliação destacado por BARREIRA (2000), que envolve a formação de um grupo de pessoas que irão decidir qual é o processo avaliativo mais adequado às suas necessidades, qual a sua metodologia, criando as condições para que ele aconteça, a construção de instrumentos de avaliação baseados nos valores e objetivos da organização, a criação de meios e condições para a aplicação destes instrumentos, bem como para a coleta e análise dos dados e divulgação dos resultados.

Para que isto aconteça, a participação legítima e faz parte deste processo democrático, onde o seu líder precisará ter a flexibilidade necessária para ajudar os participantes a decidirem qual programa de avaliação servirá para atender aos fins pré-estabelecidos por eles. Sendo assim, para BARREIRA (2000, p. 93), “o avaliador externo pode ajudar a manter o trabalho confiável, útil e com rigor avaliativo, propiciando checagem contínua da realidade durante a avaliação”.

Dentro da “Avaliação Participativa”, a “Avaliação focada na sua utilização”, pode servir para a primeira fase, quando o grupo precisa definir qual o programa mais adequado às suas necessidades, conforme explica BARREIRA (2000):

“A avaliação focada na utilização é uma abordagem participativa que procura estabelecer conexão entre as concepções tradicionais e as radicais ou alternativas. Evidencia sua intencionalidade, e oferece orientações práticas para se desenhar e conduzir avaliações (...) é preciso fundamentação básica e compreensiva para desenvolver, implementar e construir uma avaliação”.
(p.69)

A partir da definição do programa, parte-se para a definição da metodologia que seguirá a tendência participativa até então desenvolvida. Nesse caso, a “Avaliação voltada ao fortalecimento emancipatório das organizações e dos agentes” pode garantir um processo democrático durante toda a avaliação.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Para isto, os participantes seguem uma metodologia definida por Fetterman (1996) in BARREIRA (2000), baseada nos seguintes passos: fazer o levantamento de aspectos positivos e negativos, destacando os primeiros e enxergando nestes últimos a oportunidade para sua superação, definir em conjunto os objetivos e as estratégias para alcançá-los, determinar e documentar as informações necessárias para atingir os objetivos e “reconhecer e avaliar os resultados alcançados, planejando e executando de forma monitorada o programa”.

Esta metodologia traz benefícios à organização e aos seus agentes por ter como principal objetivo à transformação da realidade. Sendo assim, ela parece adequada principalmente para as IES, que vêm sendo avaliadas por organismos externos a elas e pressionadas por determinações legais, a criarem e praticarem sua própria avaliação interna, como é exigido no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) INEP (2004):

“A avaliação das instituições de educação superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. (...) No processo de avaliação das instituições, além dos resultados dos outros componentes do SINAES – Avaliação dos Cursos de Graduação e Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – serão consideradas informações adicionais oriundas do Censo da Educação Superior, do cadastro da Educação Superior, dos relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, dos documentos de credenciamento e credenciamento da IES e outros considerados pertinentes pela CONAES”. (p.5)

Este momento de grandes contradições e mudanças pode vir a ser útil se as IES utilizarem as ferramentas adequadas de avaliação para buscar a superação de suas dificuldades e a conquista de sua autonomia. Sendo assim, BARREIRA (2000)



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



descreve que “o compromisso principal desta avaliação é fazer com que as pessoas direta e indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação”. (p. 79)

Sendo assim, a “Metodologia emancipatória”, defendida por Fetterman (1996) tem sentido político e formativo ao enfatizar os seguintes aspectos: a responsabilidade dos integrantes para com o processo avaliativo e a sua auto-avaliação individual, a avaliação do programa para sua melhoria, avaliação como meio de educar e fortalecer tanto as pessoas como a organização, sentido político de transformar a realidade e o estímulo à autonomia.

Neste processo, além de democrática, a avaliação poderá trazer benefícios reais para os seus participantes e para a sociedade, pois no aspecto formativo, segundo BARREIRA (2000), incentiva a aprendizagem e a constante capacitação dos envolvidos através do avaliador que é o “co-participante” de todo o processo. Sendo assim, novamente BARREIRA (2000) afirma que “a capacitação deve ser contínua e significar um processo de aprendizagem mútua entre avaliador e as pessoas que se beneficiam da avaliação”. (p.86)

A “Avaliação de fortalecimento emancipatório” também proporciona a reflexão individual e do grupo além de motivar novas idéias e descobertas não só para um processo contínuo de avaliação interna mas, também, para a sociedade na qual as pessoas e as instituições estão inseridas. Neste sentido, MARIOTTI (1995) afirma que “por isso é um erro supor que a educação é um processo finito, tanto para o indivíduo como para as empresas. Ela é, desde que continuada, fonte inesgotável de facilitação de mudanças, quebra de velhos padrões, mudança de pontos de vista e reorganização de sistemas”. (p.47)

Finalmente pode-se dizer que garantir uma avaliação democrática e que beneficie a sociedade e os integrantes da instituição não é tarefa fácil de se realizar, porém, não é impossível, desde que exista a opção política dos gestores para promover a participação dos seus cooperadores e o interesse pela transformação das situações reais pelas quais passam a instituição.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004





IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Referências Bibliográficas:

- ARREGUI, Patrícia. Sistemas de determinação e avaliação de metas de êxitos de aprendizagem escolar como instrumentos para melhorar a qualidade, a equidade e a responsabilidade nos processos educativos na América Latina, 1998.
- BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais. São Paulo, Veras Editora, Lisboa: CPIHTS, 2000.
- MARIOTTI, Humberto. Organizações de aprendizagem: educação continuada e a empresa do futuro. São Paulo: Atlas, 1995.
- SOBRINHO, José Dias. Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior, In: "Avaliação/ Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior"- RAIES – v. 7, n.1, mar 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade do século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.
- VIANA, H. M. Introdução a Avaliação Educacional. São Paulo: Ibrasa, 1989.